

# PDU: ainda um ilustre desconhecido

José Maria Batista

Faltando uma semana para início dos debates sobre o Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU), ninguém sabe definir com exatidão, exceção feita aos técnicos que o elaboraram, o seu conteúdo e a que ele se propõe. Na Câmara Municipal, onde ele se encontra, os vereadores temem aprová-lo e depois se sentirem enganados, como aconteceu com a reforma tributária. Somente após aprová-la descobriram que, apesar de benéfica ao município, poderá retirar-lhes alguns votos, cabalados em troca de favores ou apoiados no poder de barganha instituído desde a primeira república.

E a população corre o risco de ver repetida a peça desenvolvida há dois anos passados, quando, depois de muita discussão, o projeto inicial acabou voltando para o Instituto Jones dos Santos Neves para ser reformulado. Os vereadores alegam que a culpa não foi deles, pois quem pediu sua retirada foi o prefeito. Na prefeitura existe um consenso generalizado de que existia um acordo entre os vereadores para recusá-lo sem maiores delongas. Para evitar a recusa ele foi retirado de plenário.

Sofreu alterações em 89 artigos, ganhou uma seção inteira, bem como um capítulo que, até agora, como o primeiro a ser detectado tem causado discussões, embora todos admitam que não conhecem ainda o plano que alterou, inclusive, fórmulas de cálculos combatidas pelo Sindicato da Construção Civil. Os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves garantem que o trabalho está agora tecnicamente perfeito e que foi montado em cima de previsões técnicas alinhadas exaustivamente a partir da aprovação da lei estadual 3.176, de 08/12/77, que criou o Plano de Estruturação de Espaço da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, pai do PDU de Vitória e mais desconhecido ainda que este último.

Basicamente o PDU propõe organizar a cidade de Vitória e prepará-la para centro de polarização de toda a região compreendida pelas cidades da Serra, Viana, Cariacica, e Vila Velha. E lhe dará duas características. Uma de cidade das primeiras décadas do século, com a preservação de alguns prédios e ordenação do centro através da transferência dos serviços terciários para o aterro da Comdusa. A outra acompanhando o desenvolvimento trazido pelos grandes projetos e, mais precisamente, pelo impulso da Aracruz, e da Companhia Siderúrgica de Tubarão, mais moderna e em condições de enfrentar o violento processo de urbanização que começou a atingir o Estado há 30 anos e a cada dia com maior velocidade.

## IDÉIAS ANTIGAS

O PDU, na verdade, começa com o Plano de Estruturação de Espaço (PEE), na verdade a lei estadual 3176, que "estabeleceu como região de desenvolvimento prioritário a constituída pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana", mais conhecida como "aglomeração urbana da Grande Vitória" ou simplesmente Grande Vitória. Foi esse plano que gerou o PDU de Vitória, bem como os

demais: o da Serra, que se encontra paralisado na prefeitura, o de Vila Velha, em elaboração, o de Viana, em fase inicial, e o de Cariacica, objeto de estudos finais.

O PEE sugere a descentralização de atividades terciárias do perímetro central de Vitória, que o PDU define como a transferência do centro administrativo da cidade e do Estado para a região de Bento Ferreira. A prefeitura, antecipando-se aos planos, instalou-se primeiro, enquanto a administração estadual já tem um local definido: o controverso aterro da Comdusa, que desde seu surgimento tanta especulação já causou. Nele será instalado o centro administrativo estadual.

No centro seria criado um grupamento ordenado de edifícios, ao qual o presidente do Sindicato da Construção Civil, Chrisógono Teixeira da Cruz, não poupou críticas. No seu entender, a aplicação do plano ao centro da cidade provocaria uma "socialização arquitetônica". No entanto, a idéia de espaços abertos entre os edifícios no centro da cidade, substituindo aquela barreira de concreto da Esplanada Capixaba, não é má. Como não é também a intenção, já manifestada por alguns técnicos, de ver a avenida Jerônimo Monteiro transformada num largo calçada, cortado por um canteiro central de palmeiras, e cercado pelo comércio, locais de lazer, cinemas e agências bancárias distribuídas proporcionalmente.

## CIDADE AREJADA

Principalmente se entre os espaços surgidos entre os edifícios se localizassem torres arquitetônicas que pudessem servir de moradia para quem vive no centro da cidade, especialmente sem a falta de ar, espaço, muita poluição e barulho como se verifica atualmente. Pensamento que deveria forçar arquitetos a renovar mentalidades. E empresários do setor também ainda informados com a preocupação em se abrir espaços na cidade não só pela necessidade de aeração, mas também prevendo um crescimento da cidade que venha exigir vias mais largas. Como ampliar a avenida Jerônimo Monteiro hoje? No futuro, como ampliar a Nossa Senhora da Penha ou mesmo a Fernando Ferrari?

Partindo ainda do PEE, que prevê um ordenamento conjunto para a aglomeração da Grande Vitória, o Plano Diretor Urbano traça diretrizes para o planejamento dos transportes urbanos e a preservação do patrimônio artístico e natural, além de outros estudos em andamento, tais como o treinamento de recursos humanos na área de planejamento urbano, detalhamento a nível municipal do uso do solo e outras medidas. Os técnicos admitem, inclusive, que o PEE sofreu defasagem e que por essa razão os estudos prosseguem e não podem parar.

Final, como garantir uma constante em função da inconstância das autoridades? Um exemplo é caso do estaleiro naval de reparos, que seria implantado em Camburi e provocou protestos generalizados mas obteve, mesmo assim, garantias de que seria mesmo na praia de Camburi, o que acabou não sendo. Mas que,

agora, volta à pauta do governo enquanto se processa um aterro no mesmo local, tentando-se uma urbanização nos moldes de Copacabana. Poderão lazer e estaleiro conviverem juntos? O plano de Estruturação, que previa um estaleiro, foi obrigado a ser reformulado e sofre a ameaça de voltar à planificação anterior.

## TERCEIRA PONTE

Outro exemplo: a terceira ponte. Quem pode responder se ela será viabilizada ou não? Na verdade, é mantido um clima de expectativa em torno do assunto que as autoridades em nada contribuem para aclarar. Meta de um governo, tornou-se o fantasma de outro. Na previsão de sua construção inundaram Vila Velha de conjuntos habitacionais. Agora, substituída pelo ainda capenga transporte aquaviário, ela não passa de um esqueleto, exemplificando o resultado de uma política urbana não planejada com projeções a longo prazo. Concretizada a terceira ponte, a dinâmica da Grande Vitória certamente será totalmente adversa a um sistema aquaviário para sustentar o fluxo diário da população, que, residindo em Vila Velha, demanda a capital.

Mesmo assim, o problema, no entender do técnico, é perfeitamente contornável se o Plano de Estruturação de Espaço da Grande Vitória for considerado o modelo de expansão urbana proposto para a região. O que não parece ter sido levado muito em conta nestes quatro anos de sua existência. O PEE, ou lei 3176, de acordo com a edição de abril/junho da Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, "institui o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória — (Codivit). A criação do Codivit visa maior integração entre os municípios da Grande Vitória para a solução de problemas comuns, procurando harmonizar ações municipais e estaduais através de um fundo para o desenvolvimento dessa região.

Informações sobre esse fundo e uma possível reunião desse conselho são muito remotas. Houve promessas de encontro para discussão de problemas comuns e depois ninguém mais falou no fundo para o desenvolvimento da Grande Vitória, a cargo do Bandes em reunião do Codivit. E, de acordo com o artigo 7º da lei 3.176, ele deveria reunir-se seis vezes ao ano, em sessões com um mínimo de 5 conselheiros. Faziam, ou fazem ainda, parte do mencionado conselho os secretários de Estado de Planejamento — hoje coordenador de Planejamento — do Interior e dos Transportes e do Bem-Estar Social, além da fundação, hoje instituto, Jones dos Santos Neves e os prefeitos das cidades de Vitória, Cariacica, Viana, Serra e Vila Velha.

Bastariam apenas os prefeitos, principais interessados, para que as reuniões acontecessem. Mas, despreocupados eles com esses problemas de ordem político-administrativo-financeira, além de até certo ponto desinteressados, esses encontros acabam não acontecendo. Indiferente a isso, o Plano de Estruturação lembra, a respeito do Codivit: "Entre os aspectos comuns considerados à criação do Codivit, destacam-se o crescimento desordenado de áreas urbanas nos municípios componentes da microrregião de Vitória, a si-

tução estratégica dessa região e o interesse prioritário do governo do Estado na promoção e no estímulo ao desenvolvimento da microrregião de Vitória e o atual estágio de urbanização alcançado pelos municípios integrantes, exigentes de funções governamentais coordenadas e exercidas de forma planejada com vistas ao atendimento das necessidades específicas da comunidade sócio-econômica nela constituída.

Haja fôlego. E talvez por isso mesmo houve uma acomodação, que poderia ser atribuída ao desconhecimento dos problemas, ignorância ou mesmo necessidade de manutenção do poder de barganha, presente, com assuidade, incomum, sempre que o governo intervém ou está por perto. O fato é que o PEE não andou dentro dos esquemas previstos. Prova disso é que Vitória, a capital, somente quatro anos depois resolveu re-discutir a necessidade de ter um planejamento, mesmo assim quase que individualmente, como qualquer cidade em expansão. Na Serra a questão está parada e o projeto concluído. Mas também não adiantaria muito, pois o projeto de urbanização da orla de Jacaraípe, por exemplo, não chegou a ser iniciado e já possibilitou explorações. E com adulterações do projeto inicial.

Previra-se um centro de lazer com ruas interditadas por calçadas na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes. O que se vê atualmente é o aproveitamento, por parte da empresa privada e de forma errada, de um projeto que deveria beneficiar toda a praia. Em Vila Velha a situação andou um pouco, mas nem mesmo o perímetro urbano estava delimitado. Hoje existe, e fica mais difícil o loteamento indiscriminado como acontecia na região da Barra do Jucu e Ponta da Fruta, bem como ao longo da rodovia do Sol. A falta dessa diretriz provocou consequências que até hoje o município sente. Dívidas com o BNH, lixo, lucros e falta de saneamento, sem que as favelas terminem. Até mesmo o Promorar, lançado no Espírito Santo devido ao lixão de Santa Rita e às palafitas tupiniquins de Cobi de Baixo, não funcionou. A situação nos dois bairros não mudou, enquanto o Promorar acabou sendo transferido para Vitória, onde anda devagar e preocupando as comunidades mais carentes.

Viana somente agora delimita o seu perímetro urbano, e de início pelo menos dez loteamentos não poderiam ter sido aprovados, mas foram. Antes que a lei regulamente a área urbana da cidade, tudo indica — com base nos exemplos anteriores — que igual número de novos loteamentos irá surgir. Em Cariacica a situação começa a se definir agora. Os loteamentos surgem indiscriminados. Daí ser difícil acreditar que o slogan da Cesan ("água até o ano 2 mil") vá funcionar. Mesmo porque nada disso fora previsto e seu planejamento para atender a cidade em 1995 estourou em 1981. No ano 2 mil, a continuar essa situação, não haverá água para toda a população, como também outros produtos faltarão. E vai ficar difícil para a Cesan, Telest, Escelsa, governo do Estado, prefeituras e até técnicos resolverem os problemas.